

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.778.760 - SP (2020/0276206-4)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : EDIVALDO SOBRERA RIBEIRO
ADVOGADO : PAULO HUMBERTO MOREIRA LIMA - SP221274
AGRAVADO : USINA GUARIROBA LTDA
ADVOGADOS : ALESSANDRA FRANCISCO DE MELO FRANCO - SP179209
ERICA DA SILVA OLIVEIRA - SP180783
ADRIANA CARRIERI HERRMANN - SP210144

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por EDIVALDO SOBRERA RIBEIRO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

DIREITO DE VIZINHANÇA REPARAÇÃO DE DANOS INCÊNDIO DE ORIGEM DESCONHECIDA EM PLANTAÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR DE PROPRIEDADE RURAL ARRENDADA A USINA QUE ATINGE PROPRIEDADE DO VIZINHO CAUSANDO LHE PREJUÍZOS RESPONSABILIDADE OBJETIVA INAPLICÁVEL AO CASO DOS AUTOS SENDO CASO DE APLICAÇÃO DA TEORIA DA RESPONSABILIDADE SUBJETIVA ENTRETANTO MESMO SOB A ÓTICA DA RESPONSABILIDADE SUBJETIVA CARACTERIZADA A NEGLIGÊNCIA DA USINA QUANTO ÀS PROVIDÊNCIAS QUE DEVERIAM TER SIDO ADOTADAS PARA EVITAR PREJUÍZOS AOS SEUS VIZINHOS CASO OCORRESSE UM INCÊNDIO COMO DE FATO OCORREU EVIDENCIADA A PROVA DA PRÁTICA DE ATO ILÍCITO POR PARTE DA RÉ DE RIGOR A MANUTENÇÃO DA R SENTENÇA NESSE PONTO ÔNUS DA PROVA ARTIGO 373 II DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL CÁLCULO DOS VALORES EFETIVAMENTE DEVIDOS CONFORME APURADO PELO PERITO RETIFICAÇÃO APENAS QUANTO AO VALOR ESTIPULADO PARA O ARRANQUIO DA PLANTAÇÃO ADOTADO O MONTANTE INDICADO NA PERÍCIA SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA RECURSOS PARCIALMENTE PROVIDOS.

Quanto à controvérsia, pela alínea "a" do permissivo

constitucional, a parte recorrente alega violação dos arts. 186, 402, 927, caput e parágrafo único do CC, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Mas, estranhamente, fixou o valor da indenização em dissonância com o laudo pericial (perdas sofridas e gastos para retornar o status quo) e, fixou a data de início dos lucros cessantes a citação, quando o correto deveria ser da data do evento.

Observa-se que o valor arbitrado nas instâncias ordinárias é praticamente metade dos prejuízos sofridos. O Juízo a quo condenou a recorrida em pagar a somatória dos valores de R\$ 469.783,23, majorado o custo de arranquio para R\$ 49.572,00, bem como a quantia mensal de R\$ 23.628,00 a partir da citação. Enquanto que o laudo pericial 269/298 e 326/329 estipulou a indenização em R\$ 803.280,03 + R\$ 7.980,00 (lascas e bicas laudo complementar). É solar a existência do error in judicando, pois, não foi cumprido os ditames da legislação federal (restituir a propriedade do autor ao estado anterior ao do incêndio)

[...]

O montante dos lucros cessantes deveria ser apurado desde 23/06/2014 até o efetivo pagamento + 7 anos no valor de R\$ 166.868,10 (Código Civil: Art. 402. Salvo as exceções expressamente previstas em lei, as perdas e danos devidas ao credor abrangem, além do que ele efetivamente perdeu, o que razoavelmente deixou de lucrar). Não restam dúvidas de que os valores dos lucros cessantes devem corresponder não só o que perdeu até a presente data, mas, o que deixará de lucrar até a reedição do novo estande de seringueira que se dará com o pagamento da indenização, não podendo ser calculado a partir da citação (fls. 673-676).

É, no essencial, o relatório. Decido.

No que concerne à violação dos arts. 186, 927, caput e parágrafo único do CC, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente não demonstrou, de forma direta, clara e particularizada, como o acórdão recorrido violou cada um dos dispositivos de lei federal apontados, o que atrai, por conseguinte, a aplicação do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: “A jurisprudência desta Corte considera que quando a arguição de ofensa ao dispositivo de lei federal é genérica, sem demonstração efetiva da contrariedade, aplica-se, por analogia, o entendimento da Súmula n. 284, do Supremo Tribunal Federal. Em relação à afronta aos arts. 13 da Lei n. 10.559/2002 e 943 do Código Civil, verifica-se a ausência de demonstração precisa de como tal violação teria ocorrido, limitando-se a parte recorrente em apontá-la de forma vaga, o que impede o conhecimento do

recurso especial”. (AgInt no REsp n. 1.496.338/RS, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 27/8/2020.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no REsp n. 1.826.355/RN, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 4/8/2020; AgInt no AREsp n. 1.552.950/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 8/5/2020; AgInt no AREsp n. 1.617.627/RJ, AgInt no AREsp n. 1.617.627/RS, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 14/8/2020; AgRg no REsp n. 1.690.449/MG, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 5/12/2019; AgRg no AREsp n. 1.562.482/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 28/11/2019.

Ademais, em relação à ofensa do art. 402 do CC, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

O valor foi apontado pelo perito como o correspondente ao lucro cessante sofrido pelo autor, tendo como base o período necessário até que as novas árvores voltem a produzir nos patamares das atingidas pelo incêndio, já consideradas as oscilações de mercado históricas, com base em dados oficiais coletados pelo perito (fls. 278).

Além disso, já foi fixada a indenização anual no valor de R\$ 23.838,30 devida da citação até o efetivo pagamento da importância com os custos de arranquio e para a implementação da nova cultura (fls. 461) (fls. 588).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nessa linha: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)”. (AgRg no REsp 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 7/3/2019.)

Vejam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.679.153/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 1/9/2020; AgInt no REsp 1.846.908/RJ, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 31/8/2020; AgInt no AREsp 1.581.363/RN, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020; e AgInt nos EDcl no REsp 1.848.786/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/8/2020.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno

Superior Tribunal de Justiça

do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente